

Povos Indígenas no Brasil

Fonte JORNAL DA TARDE

Class.: 29

Data 02/10/1960

Pg.: _____

O órgão de proteção aos índios brasileiros: FUNAI — Fundação Nacional do Índio. O que a FUNAI faz pelos índios: vende suas terras e seu gado, ilicitamente, e desvia verbas que deveriam servir para ampará-los. Denúncias como estas estão no livro "Porque fracassa a proteção aos índios", de José Maria da Gama Malcher (30 anos como funcionário do antigo Serviço de Proteção ao Índio — SPI — e da FUNAI). Suas acusações, descritas com detalhes, estão sendo apuradas por uma comissão de inquérito do Ministério do Interior. Malcher conta que viu muitas das irregularidades que aponta agora, durante o ano, passado, quando substituiu interinamente o antigo presidente da FUNAI, José de Queiroz Campos. Foi nessa época que Malcher disse esta frase:

— A FUNAI é um edifício de concreto construído sobre pilótis de bambu.

E dá exemplos contando que enquanto um sertanista da fundação pedia licença para comprar fiado um pouco de farinha, num posto indígena, para sustentar mulher e nove filhos, ele, Malcher, assustava-se com o total da folha de pagamentos da FUNAI na Guanabara: mais de 60 mil cruzeiros gastos com salários de bacharéis e de muitas outras pessoas que só iam lá para receber o pagamento.

Pacotes fechados saindo da zona franca de Manaus: medicamentos para índios. Os pacotes viajando e sendo abertos na sede da FUNAI na Ilha do Bananal: rádios de pilha, perfumes, gravadores, filmadoras e cigarros estrangeiros, contrabando.

E a pessoa que recebia o contrabando era Cecília Campos, administradora da cantina da FUNAI na Ilha do Bananal; Cecília é irmã de José de Queiroz Campos, o antigo presidente da fundação. Esta é mais uma denúncia de José Maria da Gama Malcher, comprovada pelo general Bandeira de Melo, atual presidente da FUNAI, que as investigou quando era chefe do serviço de informações do Ministério do Interior.

Malcher, quando assumiu a presidência interina da fundação, diz que procurou cumprir uma promessa que fez ao marechal Rondon (de quem foi auxiliar direto no antigo SPI), começando um trabalho que não chegou a terminar: a moralização da FUNAI (quando Queiroz Campos reassumiu a presidência, ficou assustado com as atividades de Malcher, que foi afastado até do cargo de diretor do Patrimônio Indígena, cargo que ocupava anteriormente).

— Mas eu demiti muita gente logo no início — conta Malcher. — Demiti até um embaixador (cujo nome omite) que ganhava Cr\$ 1.900,00 apenas para preencher o cargo de diretor do Museu do Índio, e que de índio devia conhecer só fotografias.

Falando de pessoas que enriqueceram à custa do índio, Gama Malcher escreve, num dos capítulos de seu livro, sobre os rebanhos do SPI e dos índios: "Desgraçadamente o gado do SPI e dos índios tem um destino crucial: não se reproduz, e as fazendas que os criam não prosperam. O índio só come carne e bebe leite quando o encarregado de um posto é honesto e tem noção de suas atribuições. Mas em regiões como na do Posto Simões Lopes, no Paranatinga, em São Marcos, no Roraima, e no sul de Mato Grosso, muitas fazendas particulares têm-se formado à custa do gado do índio. A venda indiscriminada do gado dos índios tem concorrido para o aniquilamento dos rebanhos. Eles não se limitam a vender bois; sob os mais variados pretextos transacionam, impunemente, gado de cria, às vezes com concorrência devidamente "preparada". Há um entrosamento muito bem articulado de elementos da alta administração do SPI, chefes de Inspetoria e encarregados de postos. Essa cumplicidade é tal que silencia possíveis delatores. No final todos se entendem e cada um leva o seu quinhão".

Gama Malcher fala da exploração de postos indígenas por grupos econômicos mistos (mão-de-obra nacional — os índios — e capital norte-americano), dizendo que, diante disso, o antigo SPI simplesmente "fechou os olhos". Ele dá um exemplo:

— Durante a última guerra a firma Alto Tapajós S.A., monopolizou todo o comércio de uma região indígena que ia de Belém do Pará a São Luiz do Maranhão, estendendo-se até os limites de Mato Grosso. Mais tarde essa firma foi comprada por outro grupo econômico: Arruda Pinto & Cia. Em pouco tempo Arruda Pinto seria o procurador do pessoal da Segunda Inspetoria Regional do SPI, adiantando-lhes numerários, hospedando diretores e altos funcionários daquele órgão em seu apartamento, em Belém. Seu poderio cresceu muito, porque a mão-de-obra, os índios, era gratuita.

A primeira denúncia sobre isso ~~foi em 1960 quando o então~~ ministro da Justiça, Gama e Silva disse na Câmara Federal que o grupo Arruda Pinto tinha ligações com empresas norte-americanas, que faziam dele um simples testa-de-ferro.

O artigo 168 da Constituição estabelece que "aos índios cabe o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras que ocuparem".

Mas, segundo Gama Malcher, na região de Pindaré, no Maranhão, as terras dos índios Guajajara estão sendo invadidas por grupos de madeireiros, interessados na extração de madeira de lei, como o mogno.

Método que alguns fazendeiros empregam para tomar terra aos índios: violência. Malcher explica: como essas terras não podem ser vendidas nem arrendadas a ninguém, os fazendeiros que pretendem estender suas propriedades usam a violência para expulsar os índios. E acontecem as matanças, noticiadas como consequência de rebelião indígena que os brancos tentam reprimir.

Com medo disso, muitos índios evitam contatos com sertanistas que realmente tentam fazer um trabalho sério. Atualmente o sertanista Francisco Meireles tenta pacificar os índios Cinta Larga, no Amazonas, mas até agora não conseguiu que eles o deixassem entrar na aldeia.

A história das irregularidades do SPI e da FUNAI, que alguns de seus funcionários chamam de mar de lama, não está apenas no livro e nas conversas de José Maria da Gama Malcher. Há muitos documentos que as provam, principalmente as de José de Queiroz Campos e sua irmã Cecília.

Malcher diz que não existe um "problema do índio" no Brasil:

— O que se precisa dar ao índio — diz ele — é principalmente assistência médica. E precisamos manter seus direitos sobre a terra que sempre lhes pertenceu, e que a União proíbe que sejam vendidas.